

ENTREVISTA

ARSENAL FISCAL



6 DIREITO PENAL MÍNIMO MENOS LEIS, MAIS EFETIVIDADE

O insigne Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, **GUILHERME DE SOUZA NUCCI**, fala com exclusividade à *Consulex* sobre o Direito Penal Mínimo, tema que aborda com maestria na obra *Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais*, merecedora de figurar entre os dez finalistas do Prêmio Jabuti 2011. Com a mesma dedicação empenhada na construção da melhor doutrina jurídica penal e processual penal, o ilustre entrevistado defende um Código Penal mais enxuto e leis mais eficientes para a punição dos crimes corretos. A instigante exposição oferece ao leitor verdadeira aula e convida a apreciar sua mais recente obra – *Tratado Jurisprudencial e Doutrinário* –, que encerra rica e dinâmica análise jurisprudencial e doutrinária.

CAPA

FINANC



26 À SOMBRA DA CORRUPÇÃO O BRASIL EXIGE MUDANÇAS

Se a ideia de corrupção é tão antiga quanto a própria civilização ocidental, mais se justificam os esforços conjuntos para a eliminação deste mal que allige a sociedade, e nela própria se origina. Nesta matéria de capa, abalizados articulistas tecem suas considerações e mostram que a construção de uma nova cidadania e de medidas eficientes para o combate à corrupção no âmbito nacional e internacional envolvem, diretamente, a maior eficiência da persecução do crime de lavagem de dinheiro e o permanente desenvolvimento de uma “cultura de licitude”. Nesse sentido, a aprovação do PLS nº 209/03, do Senador Antonio Carlos Valadares, tem recebido especial atenção dos atores integrados à ENCCIA e de todos aqueles preocupados em combater a criminalidade, realizar o bem comum e mostrar que *o crime não compensa*.

ARTIGOS

DESTAQUE

E no Brasil, quanto é?
24 Fábio Ulhoa Coelho

CONTEXTO

Superendividamento – Direito à renegociação de dívidas e intervenção judicial nos contratos não têm fundamento
40 Demócrito Reinaldo Filho

TENDÊNCIAS

Software livre pode uniformizar o processo eletrônico
44 Alexandre Atheniense

IN VOGA

Responsabilidade civil empresarial e as violações internacionais aos direitos humanos
46 Daniel Torrey

OBSERVATÓRIO JURÍDICO

Terceirização – Solução à judicialização da saúde pública?
48 Wanderlei José dos Reis

GESTÃO EMPRESARIAL

Desafios ao planejamento sucessório nas empresas familiares
51 Paulo Lucena de Menezes

ENFOQUE

A tripartição dos Poderes funciona no Brasil?
52 Júlio Eden Maluf

CONJUNTURA

Benefícios do Simples para a advocacia
54 Ulisses César Martins de Sousa

PORTAL JURÍDICO

Interceptação telefônica na seara extrapenal e a decisão do STJ
56 Alex Pacheco Magalhães

DOCTRINA

Arrependimento posterior e a exclusão de punibilidade no Direito Penal
59 Antonio Breno Vitoriano França Guimarães

DOCTRINA

Crédito tributário – Impossibilidade de parcelamento e anistia por decreto
62 Fabrício Coelho Soalheiro

DOCTRINA

Alimentos e a ponderação do binômio necessidade-possibilidade
65 Lindalva de Fátima Ramos

PONTO DE VISTA

Uma alternativa ao “inferno carcerário”
66 Domingos Dutra

SEÇÕES

- 5 Com a palavra...
- 10 Crítica & Autocrítica
- 12 Indicadores Econômicos
- 13 Cartas & Críticas
- 14 Painel Econômico
- 16 Propostas e Projetos
- 18 Direito e Bioética
- 21 Painel do Leitor
- 22 Como Decidem os Tribunais
- 61 10 Frases